



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 04/2012

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 2012  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	06
- ORDEM DO DIA.....	09
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	18
- ENCERRAMENTO.....	18

ACTA N.º 04/ 2012

ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de Julho de dois mil e doze, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3 - Fixação de Derrama para o ano de 2012;
- 2.4 - Fixação de Taxas do IMI para o ano de 2013;
- 2.5 - Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso;
- 2.6 - Revisão de Contas – Nomeação de Auditor Externo;
- 2.7 - Protocolo de Colaboração - Associação Desportiva da Estação;
- 2.8 - Reabilitação de Edifício para Centro de Multifunções de Vila do Carvalho;
- 2.9 - Alargamento de arruamento e arranjo urbanístico da Rua Marquês d' Ávila e Bolama;
- 2.10 - Aquisição de Prédios;
- 2.11 - Fornecimento Contínuo de Combustíveis;
- 2.12 - Pólo de Investigação e Desenvolvimento em Telecomunicação para a Saúde – Acordo;
- 2.13 - Pacto de Cooperação para a Cova da Beira;
- 2.14 - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, José Manuel dos Santos Santarém, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. Artur dos Santos Aleixo, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, António Manuel Fernandes Pinto, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Eng.º Rui Salgueiro Ramos Moreira, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dr. Manuel Augusto Lousa Nicolau e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldes Ramos (Casegas), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Dr. Francisco José Moreira Pereira (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), José Augusto Santarém Marcos (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldes Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Prof. Bernardino Gata da Silva, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, João Manuel Pinto, João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Enf. António Mendes Paulo (Erada) e Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

### PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi solicitado, pela Câmara Municipal, a inclusão de um novo ponto à Ordem de Trabalhos. Atendendo a que o assunto é para conhecimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa propôs que fosse aditado como ponto **2.15 – Mercado Social de Arrendamento**. Não havendo objecções, ficou a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

#### 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3 - Fixação de Derrama para o ano de 2012;
- 2.4 - Fixação de Taxas do IMI para o ano de 2013;
- 2.5 - Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso;
- 2.6 - Revisão de Contas – Nomeação de Auditor Externo;
- 2.7 - Protocolo de Colaboração - Associação Desportiva da Estação;
- 2.8 - Reabilitação de Edifício para Centro de Multifunções de Vila do Carvalho;
- 2.9 - Alargamento de arruamento e arranjo urbanístico da Rua Marquês d' Ávila e Bolama;
- 2.10 - Aquisição de Prédios;
- 2.11 - Fornecimento Contínuo de Combustíveis;
- 2.12 - Pólo de Investigação e Desenvolvimento em Telecomunicação para a Saúde – Acordo;
- 2.13 - Pacto de Cooperação para a Cova da Beira;
- 2.14 - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 2.15 - Mercado Social de Arrendamento.

## ORDEM DE TRABALHOS

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 54 votos a favor e 3 votos contra (PCP)**. Os Senhores Deputados do PCP justificaram o voto contra pelo facto de não constar, na Ordem de Trabalhos, o Período de Intervenção do Público. -----

### EXPEDIENTE

- Ofício Circ. 87/2012 da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses a remeter programa do XX Congresso;
- E-mail da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses a remeter as Circulares 79/2012, 82/2012, 83/2012 e 84/2012, referentes ao Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação;
- Ofício n.º 59/2012 da Junta de Freguesia de Boidobra a informar que deliberou, por unanimidade, manifestar-se contra qualquer tentativa de extinção/ agregação da Freguesia de Boidobra;
- Ofício n.º 050/12 da Junta de Freguesia de Canhoso a remeter uma Proposta de Pronúncia de Reorganização Administrativa do Concelho da Covilhã, aprovada em Assembleia de Freguesia;
- Ofício GAP-C 665/2012 do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã a remeter o texto sobre a Barragem da Ribeira das Cortes;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o “Projecto de Lei que Proíbe a cobrança a munícipes, utentes ou consumidores de encargos sobre uso do subsolo do domínio público”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Declaração de Voto sobre três Propostas de Lei do Governo “PPL 57-XII – PPL 58-XII e PPL 73-XII”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta que dirigiu ao Ministro de Estado e das Finanças sobre o Encerramento de Serviços de Finanças no Distrito de Castelo Branco.

## INTERVENÇÕES

--- O Senhor Enf. Paulo Tourais (Ferro) propôs um Voto de Pesar pelo falecimento dos Senhores: Francisco de Matos Soares, que foi um Industrial da Covilhã no sector do ramo mobiliário e que muito contribuiu para o desenvolvimento do Concelho; João Manuel Batista da Silva Ferraz, ex-Presidente da Direcção do Grupo Recreativo Refugiense. -----

--- Colocado o Voto de Pesar à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio.** -----

--- A Senhora Dra. Carla Marisa fez uma Declaração Política (**doc.01**). -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva fez uma Declaração Política (**doc.02**). -----

--- O Senhor António Pinto manifestou a sua preocupação com a “panóplia de malfetorias” com que o Interior se vê confrontado. Nomeadamente, as Juntas de Freguesia com a Lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, o encerramento de Escolas, a não colocação dos Professores e a saúde.

Referindo, de seguida, que o trabalho de todos deve ser o de avançar sobre estas lutas que, não sendo as da Assembleia, são as das pessoas que andam no terreno. E citando, Fernando Paulouro, disse: “independentemente da forma e da tipologia dos protestos é preciso dizer que a violência verdadeira não é a verbal nem a veemência do gesto. Violência é: a condenação à pobreza, o roubo de direitos, o desemprego sem horizontes, a fome e a fominha mitigadas, ou não, com pequenos rebuçados de circunstância.

O que nós não queremos é estes rebuçados de circunstância. Queremos igualdade para todos!” -----

--- O Senhor Enf.º Paulo Tourais (Ferro) apresentou um Voto de Congratulação à Câmara Municipal (**doc.03**). -----

--- A Senhora D. Isilda Barata felicitou o Senhor Presidente da Câmara (**doc.04**) e associou-se ao voto de congratulação. -----

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro disse: “A minha declaração política prende-se com as questões do Associativismo. Dar eco de algum burburinho e alguma instabilidade que se tem vivido no Movimento Associativo.

Gostaria de ouvir, nesta Assembleia, qual é o estado de relacionamento da Câmara Municipal com as Associações e com as Colectividades do Concelho.

Existiram, recentemente, na Comunicação Social vários atritos e o mais recente com os Bombeiros Voluntários da Covilhã. Foram significativos e deixaram preocupada a População do Concelho.

Gostaria também de saber, em relação ao subsídio que foi atribuído, em que medida é que a cobrança da taxa de protecção civil vai interferir, ou não, naquilo que foi a actualização do valor do subsídio atribuído aos Bombeiros Voluntários.



Nós achamos e entendemos que o caminho da Câmara Municipal no seu relacionamento com as Colectividades deve ser um caminho de transparência, deve ser um caminho de abertura e de apoio igualitário, independentemente da sua localização geográfica, da sua cor política e da sua Direcção. Nós entendemos que o apoio da Câmara Municipal é fundamental para a subsistência e para a actividade normal das Colectividades do Concelho. E, esse apoio deve ser consubstanciado e deve ser vinculado num contrato programa que preveja, claramente, quais são as obrigações da Câmara Municipal e das Associações com o serviço que prestam.” -----

--- O Senhor João Casteleira (Vales do Rio) manifestou o seu regozijo pelo facto de uma Entidade Privada ter construído um Lar de 3.<sup>a</sup> Idade para vinte e seis utentes, na sua Freguesia, investindo um milhão e trezentos mil euros, sem qualquer participação do Estado.

Referiu que, esta infra-estrutura, para além de colmatar uma carência existente na Corda do Rio, permitiu também a criação de emprego.

Terminou dizendo: “Devemos acarinhar seja quem for, para que projectos destes e outros venham para as nossas Freguesias, para que elas não morram.”-----

--- A Senhora Dra. Sara Rodrigues referiu-se à Reforma Judiciária e disse: “Cumpre-me a mim, aqui, fazer uma pequena reflexão sobre a Reforma Judiciária, que está em curso, do Território Nacional.

É importante reflectirmos um pouco, também, sobre o ponto da situação de tudo aquilo que têm sido as negociações e as conversações estabelecidas entre a Senhora Ministra da Justiça, as Autarquias e os Representantes das Ordens Profissionais da área da Justiça. A Câmara da Covilhã tem, activamente, desenvolvido conversações com a Senhora Ministra no sentido de conseguirmos (e alguns avanços, de facto, significativos foram alcançados) obter alterações que possam melhorar este projecto da Reforma Judiciária. O documento das linhas estratégicas, da Organização Judiciária do País, já verte algumas das preocupações e algumas das conquistas que se conseguiram de toda esta dinâmica de conversação e de tentativa de perceber a realidade de cada Distrito que, neste momento, será a grande base para a Organização Judiciária no que diz respeito ao Distrito de Castelo Branco e ao Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco.

De salientar, e isso é extremamente importante, que conseguimos garantir secções de competência especializada na área do trabalho. Conseguimos, também, garantir que a Covilhã vai ter uma secção de família e menores que se dedicará e terá competência do nosso Município e dos de Belmonte, Fundão e Penamacor. E, também, a criação da secção de comércio, na Covilhã, que terá jurisdição sobre todo o Distrito de Castelo Branco.

Apesar de estas conquistas serem relevantes, consideramos que no que diz respeito às Instâncias Centrais, nomeadamente as Secções Cíveis e Criminais da Instância Central, que vão decidir as causas superiores a cinquenta mil euros, o facto de estarmos centralizados em Castelo Branco e na Capital de Distrito não é garantia de que a Reforma Judiciária vai correr da melhor forma.

O Tribunal Administrativo e Fiscal e toda esta área de Jurisdição Administrativa e Fiscal estão sediados, em pleno, em Castelo Branco. Não se justifica, como é óbvio, que tenhamos, centralizada, toda a parte das decisões mais complexas Cíveis e Criminais, também, na Capital de Distrito.



Nós temos estrutura. Temos uma realidade que, efectivamente, justifica que possamos reivindicar, para a Covilhã, que haja aqui um reajuste, um reequilíbrio.

Portanto, seria importante a Assembleia Municipal nesta fase da reflexão, também, dar nota daquilo que é a sua vontade sobre este documento, as linhas estratégicas e da Reforma Judiciária.

Portanto, era importante que nós, também, nos posicionássemos e defendéssemos: ou o repensar da filosofia do Tribunal Administrativo Fiscal equacionando a Covilhã também estar envolvida nesta área de jurisdição; ou a reflexão sobre a localização das Instâncias Centrais da Secção Civil e Criminal também na Covilhã. Portanto, eu penso que era importante, nós, pensarmos sobre esta matéria." -----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: "A Covilhã tem sido notícia de Jornais televisivos e, infelizmente para nós, nem sempre pelas melhores razões. Se, por um lado, nos sentimos todos envergonhados com as condições desumanas em que estavam alojados aquela meia centena de trabalhadores no DATA CENTER da PT, o anúncio do abaixamento de impostos por parte do Executivo Camarário já foi motivo de regozijo, para todos nós Covilhanenses".

Quanto ao "diferendo que a Câmara Municipal da Covilhã alimentou relativamente à Empresa TESSIMAX" perguntou se não haveria outra forma de resolver o assunto.

De seguida, colocou questões através de três requerimentos (**doc. 05, 06 e 07**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu-se à necessidade de intervenção na estrada de ligação entre o nosso Concelho e o da Pampilhosa, que se encontra "cheia de buracos, mau piso, aquilo a que se chama uma picada, um verdadeiro carreiro de cabras" e sublinhou que o investimento não deverá ser de grande monta dado que se trata de um projecto Intermunicipal.

Sobre as condições em que foram alojados, num Pavilhão do Parque Industrial, os Trabalhadores do DATA CENTER disse que eram Trabalhadores deslocados que deviam ter condições asseguradas, por parte da Empresa. No entanto, foram vítimas de agressão aos direitos e à dignidade humana e de muita violência. Perguntou quais as medidas que a Câmara irá tomar, para com o proprietário, pelo incumprimento grave do Regulamento Municipal que impede este tipo de actividade.

Perguntou e se a Câmara se candidatou ao Programa II.

Apelou para que sejam desencadeados os mecanismos necessários para que os alunos do 1.º Ciclo tenham acesso, ao direito que a Lei lhes confere, ao apoio em livros e material escolar. -----

--- O Senhor Pedro Leitão perguntou qual o ponto da situação das correcções a efectuar na Ponte Pedonal e solicitou a descrição das obras já feitas, pela Construtora, que permitiram a devolução de parte da garantia bancária; Referiu que o DATA CENTER é uma grande obra, mas que é de lamentar que fique ligada a uma acção terceiro-mundista. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro solicitou esclarecimentos sobre o fim a que se destina o subsídio, de cinco mil euros, atribuído ao GIR do Rodrigo. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

- Amanhã, no Jardim do Lago, vai ser apresentada a Orquestra Ligeira da Covilhã dirigida pelo Maestro Eduardo Cavaco.

- Dia 15 de Setembro vai ser feita uma visita às Obras em curso no Concelho da Covilhã, convidou os Senhores Deputados.

- Dia 27 de Setembro vai realizar-se o Encontro Ibérico de Parques Tecnológicos, no PARKURBIS.

- Os Bombeiros estão a cumprir a sua missão. Todo o resto da informação deve dirigi-la aos Bombeiros.

- Taxa de Protecção Civil é uma taxa como outras, como a própria taxa de ocupação do subsolo, foi criada pela Assembleia da Republica mas depois na sua aplicação todos os destinatários vêm suscitar a sua constitucionalidade. Em nenhum Município, até hoje, entrou um euro desta taxa. Todos aqueles que criaram a taxa estão, nesta altura, com as respectivas cobranças impugnadas enquanto os Tribunais não se decidirem. É o caso, também, da Covilhã.

- Associativismo - está forte e muito activo.

- Rendas congeladas – Informou que existe um compromisso mensal assumido para com o Banco e se o valor das rendas não for suficiente têm que lá colocar o que falta. “O que temos assegurado é que não iremos aumentar o contributo de cada um que tem a sua casa social”.

- BEIRAGÁS – O problema reside no facto da BEIRAGÁS estar a repercutir de uma forma absolutamente ilegal as taxas. E, portanto, vamos procurar fazer a devolução desse valor aos consumidores que mais precisam.

- Os processos que dizem respeito à TESSIMAX são o 23821, 48963 e o 322 de 96.

A construção desta Unidade remonta a 68.

Foram licenciadas alterações em 87 e 95.

Foram detectadas obras ilegais pela Fiscalização, já há muitos anos, que são as seguintes:

- Ampliação do edifício principal, junto do alçado lateral direito, em estrutura de betão armado, quatro mil metros quadrados;

- Execução de um depósito de combustíveis, com cem metros quadrados, para oitenta mil litros de nafta, mais oito mil litros de gasóleo e óleos, tudo ilegal, cobertos com chapa zincada;

- Construção de uma central de co-geração diesel sem licenciamento Municipal ou da Direcção Regional de Energia;
- Construção de uma ETAR, composta por um tanque circular com cerca de trinta metros de diâmetro, numa área de setecentos metros quadrados, sem estar munido do respectivo licenciamento Municipal e Ecológico e Ambiental;
- Execução de mais um tanque de betão armado, com novecentos metros quadrados, sem estar licenciado.

Em 11 do 10 de 2002, espero que o Senhor Deputado Reis Silva escute, foi notificada a Nova Penteação para repor a legalidade urbanística no prazo de noventa dias; em 11 do 11 de 2002 a Administração da Nova Penteação apresentou cinco ofícios prometendo legalizar as obras; em 12 do 12 de 2003 foi emitido o alvará de utilização, no momento em que o Senhor Paulo de Oliveira escreveu uma carta à Câmara com declaração sobre compromisso de honra de que apresentaria no prazo máximo de noventa dias o pedido de legalização de todas as construções ilegais. Em 25 do 11 de 2004, tendo-se constatado que não foi dado cumprimento, foi notificado o Conselho de Administração para apresentar projecto de arquitectura no prazo de trinta dias, há oito anos. Em 9 do 2 de 2010 foi novamente notificada a Nova Penteação dando-lhe mais noventa dias. Em 28 do 12 de 2011 foi solicitado pela TESSIMAX, que pela primeira vez entra neste processo, o averbamento do alvará de utilização. Aliás, diligência dispensável. Foi dito, aos representantes da TESSIMAX, que deviam regularizar todas as matérias objecto de contra-ordenação para se poder emitir um novo título. Em 23 do 5 de 2012 foi dado um prazo até 30 de Julho do corrente ano. O que é que se retira daqui? A meu ver, retira-se uma completa abertura da Câmara, com sucessivos prazos, para alguém que não precisa de ir a buscar crédito para mandar fazer os projectos. Entregá-los na Câmara independentemente de, os projectos, estarem todos conforme com a lei, mas entregá-los na Câmara.

O que é que os Senhores querem que eu faça? E a Câmara fizesse? Até hoje, nós demos até 30 de Julho, estamos a 27 e na maior das naturalidades nada foi apresentado.

Isto é uma vergonha, identificar-se alguém com estas situações!

- ADC – O estudo económico é muito simples: existiam edifícios, propriedade do Município que ficaram disponíveis, que foram objecto de obras e foi feita a mudança dos Serviços com tranquilidade.

- Estrada de ligação à Pampilhosa – tivemos projectos com a Câmara da Pampilhosa até Unhais-o-Velho, obras de cerca de dois milhões de euros, há três/ quatro anos, que não encontraram Fundos Comunitários pelo que não puderam avançar. Vamos ver se é possível intervir na parte que diz respeito ao nosso Concelho.

- Pavilhão no Parque Industrial do Tortosendo – Foi uma situação que chocou a todos. Mandeí lá a Fiscalização que fez um relatório onde, realmente, temos dificuldade em detectar ilícitos. Esta é que é a verdade.

Já pedi para me verem, agora por sua vez, a utilização para residência de pessoas ou para pernoita de pessoas, quando o Pavilhão está licenciado para armazenagem, mas devo dizer-lhe que os Juristas da Câmara estão com alguma dificuldade em sustentar essa situação, porque não foi uma situação detectada em flagrante. Agora, a grande acção que ali está em causa é, sobretudo, da Inspeção das Condições de Trabalho;

- A Câmara Municipal gastou (em transporte escolar, actividades extra-escolares e refeições) cerca de um milhão de euros, desta importância recebeu um terço. Quando, na transferência de competências, os Governos e a Administração Central assumiram tudo.

Os Livros Escolares são uma “coisinha” que custaria à Câmara cinquenta mil euros, é verdade. Então e os cerca de seiscentos mil euros de deficit?

- Candidatura ao Programa II – as listas que aqui vieram, como foram a todas as Assembleias Municipais do País, é precisamente para isso. Para que a Câmara possa aproveitar quando essa linha for decidida em Conselho de Ministros.

A Câmara não precisará mais do que dois milhões ou dois milhões e meio, não me parece muito e se ela vier, visto que as condições de taxa de juro são muito interessantes, iremos aproveitá-la, se a Assembleia Municipal estiver de acordo.

- Ponte Pedonal - tem obras previstas para a implantação de uma rede protectora, cerca de cento e vinte e cinco mil euros, neste momento não há possibilidade de fazer essa obra, será feita em tempo oportuno. As reparações pela Empresa Construtora, não sei se já foram realizadas, não tenho aqui informação para lhe dar, mas accionamos as respectivas garantias para esse efeito.

- GIR do Rodrigo – “Uma cena lamentável”. A Câmara pretendia prestar alguma ajuda ao Senhor Rabasquinho, mas como não pode subsidiar pessoas a solução encontrada foi a de entregar os cinco mil euros ao GIR do Rodrigo para os fazer chegar à Família;

- Aeródromo – ou ainda em Setembro ou a 20 de Outubro irá ser apresentada a maqueta do projecto para o futuro Aeroporto Regional. -----

## 2.2 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Junho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 3767 de 2012.06.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 40 votos a favor (PSD, CDU e CDS) e 13 abstenções (PS e BE)**. -----

## 2.3 - FIXAÇÃO DE DERRAMA PARA O ANO 2012

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f) e h), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais através do ofício n.º 4006 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação da Derrama para o ano 2012 e isenção para os sujeitos Passivos com volume de negócios até 250.000,00€**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

#### 2.4 - FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMI PARA O ANO DE 2013

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 4005 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva que apresentou uma Proposta alternativa, designada pela letra “B” (**doc.08**) tendo a mesma sido rejeitada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação de Taxas do IMI para o ano 2013**, foi a mesma **aprovada por maioria com 47 votos a favor (PSD, PS e CDS), 4 votos contra (CDU) e 1 abstenção (BE)**. -----

#### 2.5 - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Janeiro de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através dos ofícios n.º 588 de 2012.01.25 e DPOT 125/D.2.10. de 2012.07.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.09**) e o Senhor Pedro Leitão (**doc.10**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 53 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 4 votos contra (CDU)**. -----



## 2.6 - REVISÃO DE CONTAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 4001 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revisão de Contas – Nomeação de Auditor Externo**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 54 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 3 abstenções (CDU)**. -----

## 2.7 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA ESTAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Junho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas c), do n.º 1, do artigo 4.º e do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 3766 de 2012.06.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Vítor Rebordão para informar que não vai participar na apresentação, discussão e votação do presente documento, por ser parte interessada e a Senhora D. Catarina Mendes (**doc.11**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Colaboração - Associação Desportiva da Estação**, foi a mesma **aprovada por maioria, com a ausência do Senhor Vítor Rebordão, com 48 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 4 abstenções (CDU)**. -----

## 2.8 - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA CENTRO DE MULTIFUNÇÕES DE VILA DO CARVALHO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas c), do n.º 1, do artigo 4.º e do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 4003 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Reabilitação de Edifício para Centro de Multifunções de Vila do Carvalho**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 50 votos a favor (PSD, PS, CDU, BE e CDS) e 3 abstenções (CDU)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Prof. José Pinto (Boidobra): “Eu votei favoravelmente até porque, há muito, ando a defender que os Núcleos Históricos das Freguesias deveriam, todos eles, ter este tipo de intervenção. Faço votos que, efectivamente, este tipo de decisão, da Câmara Municipal, tenha a devida abrangência a todo o Concelho.” -----

## 2.9 - ALARGAMENTO DE ARRUAMENTO E ARRANJO URBANÍSTICO DA RUA MARQUÊS D' ÁVILA E BOLAMA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas c), do n.º 1, do artigo 4.º e do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 4004 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alargamento de arruamento e arranjo urbanístico da Rua Marquês d' Ávila e Bolama**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 50 votos a favor (PSD, PS, CDU, BE e CDS) e 3 abstenções (CDU)**. -----

## 2.10 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas c), do n.º 1, do artigo 4.º e do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 4000 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor Pedro Leitão (**doc.12**). --

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Aquisição de Prédios**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 44 votos a favor (PSD, CDU, BE e CDS) e 9 abstenções (PS e CDU)**. -----



### 2.11 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas c), do n.º 1, do artigo 4.º e do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 4002 de 2012.07.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fornecimento Contínuo de Combustíveis**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 49 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 3 abstenções (CDU)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Prof. Reis Silva: "Nós optamos pela abstenção porque, como eu disse, discordamos da Lei dos Compromissos. Isto, no fundo, é uma obrigação que a Câmara trás aqui na sequencia dessa Lei dos Compromissos. Discordando da Lei, não nos podemos esquecer que, nós votámos contra em sede da aprovação do Orçamento e do Plano de Actividades. Há aqui um conjunto de obras ou de acções com as quais a gente tem duvidas ou discordamos. Numa situação normal a Câmara desenvolvia este processo, normalmente, de acordo com as suas competências. Daí nós termos optado pela abstenção". -----

### 2.12 - POLO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES PARA A SAÚDE – ACORDO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Junho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 3764 de 2012.06.28 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

### 2.13 - PACTO DE COOPERAÇÃO PARA A COVA DA BEIRA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Junho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 3765 de 2012.06.28 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

#### 2.14 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O XX CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

--- Na sequência do Ofício Circular n.º 86/2012, de 2012.06.13, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 6.º, dos Estatutos da ANMP. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa, uma proposta, pelo Grupo Parlamentar do PSD (**doc.13**), a indicar o Senhor Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Presidente da Junta de Freguesia do Ferro e, como seu substituto, o Senhor Fausto Herculano Branco Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge da Beira. -----

- Submetida, de seguida, a proposta a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	48
- Número de votos "em branco"	14
- Número de votos "nulos"	04
- Número de votos "a favor"	29
- Número de votos "contra"	01

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante **o Senhor Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro)** e, como substituto, **o Senhor Fausto Herculano Branco Baptista (São Jorge da Beira)**. -----

#### 2.15 - MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 de Julho de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 4333 de 2012.07.27 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento do processo de adesão à iniciativa "Mercado Social de Arrendamento". -----

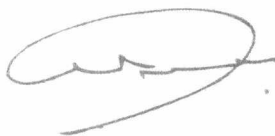
**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,



O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,